

Nojo de pobre: representações do popular e preconceito de classe

*Disgust at poverty: representation about popular
classes and prejudice*

Maria Luiza Martins de Mendonça

Mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutora e professora da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG)

Janaína Vieira de Paula Jordão

Graduada e mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela mesma instituição (PPGS/UFG) e professora da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG).

Resumo

Este artigo tem como objetivo pensar o compartilhamento de espaços entre pessoas de diferentes classes sociais, especialmente a partir do aumento do poder de consumo das classes populares brasileiras. O que se pode perceber é uma espécie de resistência das classes médias e altas à presença de pessoas das classes trabalhadoras compartilhando os mesmos espaços, como shoppings e aeroportos, resistência muitas vezes expressa pelo nojo. Vamos trazer exemplos da mídia e outros que tiveram repercussão midiática, para tentar pensar de forma ampla em uma divisão de classes que ultrapassa o econômico e as normas sociais, entrando no universo hierárquico construído pelo nojo, que separa de forma profunda “superiores” de “inferiores”, dentro da mídia e fora dela.

Palavras-chave: nojo; mídia; classes sociais; representações sociais.

Abstract

This paper aims to think about shared spaces between social classes, specially after the economic raise of the popular classes in Brazil. One can notice that there is a kind of struggle from higher classes against the working classes' presence at malls and airports, and sometimes this struggle becomes visible through “disgusting”. We are going to use as examples some cases from media contents and others that had mediatic visibility to try to think at the borders between classes, which exist beyond economic and symbolic aspects, but also in the hierarchical universe built by “disgusting”, what can highly segregate “superiors” from “inferiors” inside and outside media.

Keywords: *disgusting; media; social classes; social representations.*

Introdução: o nojo

“Eu quero é que pobre se exploda. Se exploda.”

Justo Veríssimo, personagem interpretado por Chico Anysio

Curiosidade e repulsa, atração e medo da proximidade de pessoas ou objetos considerados “nojentos” são parte de uma das características do nojo, a ambiguidade. A constatação de que é um sentimento socialmente aprendido e variável de acordo com contextos sócio-históricos pode ser verificada a partir da observação da relação que crianças costumam ter com certas classes de objetos consideradas repulsivas pelos adultos, como terra, barro, moedas, entre muitos outros.

De acordo com Miller (1997), estudioso da questão, uma das primeiras descrições de nojo (*disgust*) foi feita por Darwin e estava relacionada ao paladar (*taste*). Entretanto, se a sensação de nojo surgiu relacionada ao gosto, ela não se restringe a ele e estende-se aos outros sentidos: olfato, visão, tato, audição. Também não se restringe ao pessoal, está relacionada à presença do outro, inclusive no que diz respeito ao contato ou à proximidade física, aí incluídas as relações sexuais (excreções corporais relacionadas ao ato sexual ou não). Ainda segundo o autor, o sentimento de aversão pode ser atribuído à percepção do perigo de contaminação, poluição por meio do contato físico, proximidade ou ingestão (MILLER, 1997, p. 2), além da experiência visual de “coisas fora do lugar”, como a “sopa na barba”, citada pelo autor. Acima de tudo, envolve um julgamento moral e social capaz de realizar operações de classificação, organização e hierarquização de coisas e pessoas. E o que importa remarcar aqui é que as “sociedades ‘civilizadas’ despertaram as sensibilidades ao nojo para transformá-lo em um componente chave do controle social e da ordem psíquica” (MILLER, 1997, p. 5). Assim, mais do que sentimento, o nojo é considerado como a mais violenta das sensações humanas e afeta todo o sistema nervoso. “É um estado de alarma e emergência, uma crise aguda de autopreservação face a uma alteridade inassimilável” (MENNINGHAUS, 2003, p. 1, tradução livre).

Voltando a Miller (1997), o nojo também é considerado algo mais forte do que o sentimento, uma emoção, dado o seu enraizamento no contexto social e cultural, que lhe dá sentido e um intenso significado político, por possibilitar criar e manter hierarquias na ordem política e, inclusive, demonstrar superioridade. Ou seja, o nojo tem relação com o posicionamento superior/inferior de coisas e pessoas. O inferior pode tornar-se, aos olhos do superior, um risco, um perigo de contágio que demonstra uma vulnerabilidade do superior em relação ao inferior provocada pelo medo de contágio, que impõe distanciamento. A experiência de uma presença indesejada, uma proximidade compulsória, pode provocar sentimentos de repulsa, medo de contaminação

que podem ser percebidos por meio de expressões faciais.

É esse sentido político que nos interessa abordar aqui, tanto nos conteúdos midiáticos que se referem à representação das classes populares quanto nas reações de nojo apontadas pelos entrevistados do filme *Hiato* (2008), relacionadas às repercussões dos rolezinhos e vistas no episódio da professora: “Aeroporto ou rodoviária?” Parece possível supor que a reação de indivíduos das camadas médias e altas frente à “invasão” dos espaços sociais por seres inferiores se funda também no temor da contaminação pelo Outro inferior, que se caracteriza pela falta: de capital cultural, de (bom) gosto, de maneiras adequadas de se portar e vestir (no sentido que Bourdieu lhes dá). Talvez sejam essas expressões de nojo parte de uma identidade de classe que se constrói e se mantém em oposição à classe trabalhadora e aos excluídos, uma vez que estes não possuem as condições materiais e culturais de conviver em espaços elitizados.

Assim, na concepção de classe aqui esboçada, deve ser considerado também o fator subjetivo da constituição de uma identidade de classe, considerando que o nojo ao estrangeiro inferior é um dos elementos constitutivos.

Uma questão de classe

Temos observado, a partir da década de 1990, mudanças na economia e nas políticas sociais brasileiras que, entre outras consequências, levaram ao país a estabilização da moeda, a implantação dos programas de transferência de renda e o maior acesso ao crédito. Essa combinação favorável fez com que uma grande parcela da população brasileira saísse da faixa da pobreza e passasse a integrar o que tem sido comumente chamado na mídia de “nova classe média”, um termo criado pelo economista Marcelo Neri, ou “nova classe C”, seguindo a categoria estatística da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD).

Porém, há alguns pontos a serem pensados a partir desta mobilidade social. Têm sido muito usados por estudiosos da estratificação e mobilidade social no Brasil critérios que vão além dos aspectos econômicos, buscando a localização de classe de uma pessoa a partir não só de sua renda, mas também de sua ocupação e escolaridade. Segundo Scalón e Salata (2012), o principal marcador para diferenciar as classes médias das classes trabalhadores, especialmente a partir de trabalhos empíricos já desenvolvidos no Brasil, é o caráter manual – ou não – do trabalho. A classe média, assim, seria formada pelas pessoas que partilham de situações de classe semelhantes, geralmente localizadas entre os grandes empregadores e os trabalhadores manuais, compostas em sua maior proporção por pessoas brancas e de escolaridade médio-alta. Ainda segundo os autores, de 2002 a 2009, foi possível notar pequenas mudanças no interior da classe média; por exemplo, no que está sendo considerado classe média, houve um aumento somente nos grupos cujas ocupações detêm o menor prestígio do ponto de vista do tipo de ocupação e da posição no mercado de trabalho. No

período analisado, quase todas as classes apresentaram aumento em suas rendas, mas as que mais se beneficiaram, proporcionalmente, foram as localizadas no setor dos trabalhadores manuais, o que permite concluir que houve uma aproximação entre a classe trabalhadora e a classe média, mas não uma real mobilidade de uma para a outra.

Pensar na estratificação é ainda mais importante quando levamos em conta o conceito de classe social. Porque, aqui, não necessariamente estamos falando de classes antagônicas, cujo aspecto principal de sua relação seja a exploração, atributo que ancora o conceito marxista de classe (WRIGHT, 2005). De outra forma, seguir o conceito weberiano de classes (WEBER, 2004), que envolve o compartilhamento de chances de vida similares, já coloca em xeque a classificação arbitrária dos institutos de pesquisa, que classificam os grupos conforme a faixa de renda salarial. Basta pensarmos que um médico no começo de carreira pode estar na mesma faixa de renda de um experiente torneiro mecânico, estando assim dentro da mesma classe em função de tais critérios, mas não é difícil vislumbrar que ambos têm chances de vida completamente distintas.

É que entram em questão os diferentes tipos de capitais apropriados: o capital objetivado (econômico) e o capital incorporado (cultural), no seu volume, e na sua composição. Assim:

Podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, como toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes (BOURDIEU, 2012, p. 136) [grifo do autor].

Essas semelhanças vão constituir as identidades de classe, que a própria existência pressupõe uma diferenciação em relação a outras classes, diferenciações essas que os agentes podem intensificar por meio do estilo de vida. É que há uma luta de classificações para traçar as “fronteiras entre os grupos e também entre o sagrado e o profano, o bem e o mal, o vulgar e o distinguido” (BOURDIEU, 2012, p. 151). Para que se reconheça esta identidade coletiva, há uma longa e lenta elaboração produzida pelos grupos para naturalizar as suas especificidades, justificando sua existência. É a formação do *habitus* de classe, um princípio unificador e gerador de práticas.

Então, conforme este ponto de vista, faz toda a diferença a localização de classe dos grupos, porque, a partir dos diferentes tipos de capitais herdados ou apropriados, haverá disposições também diferentes, gostos, comportamentos e tomadas de posição.

Consideramos importante levantarmos este questionamento, uma vez que, apesar de ter tido um aumento no poder de consumo, esta “nova classe média”, a quem Souza (2012) prefere chamar de “nova classe trabalhadora brasileira”, se diferencia das classes médias e altas por não ser detentora dos

principais tipos de capitais, que asseguram o acesso privilegiado aos bens materiais e culturais. Ou seja, ainda não tem, do ponto vista das armas no jogo do campo social, as mesmas capacidades objetivas que têm as classes altas e médias. Faltam-lhe ainda acesso à educação e a origem familiar, que, ao lado do capital econômico, poderiam proporcionar uma real aproximação das classes médias e altas.

E são exatamente o capital escolar e a origem familiar os formadores de uma variável distintiva entre as classes, algo que incide nas práticas culturais e nas maneiras de consumir (e não só no consumo em si) dos objetos (BOURDIEU, 2007). Aliás, segundo o autor, quanto mais se avança para o consumo que é considerado legítimo, mais se nota a diferença no capital cultural dos consumidores. A crítica do autor é sobre esta distinção que se faz entre as diferentes classes e suas práticas, pelo funcionamento de um mecanismo de naturalização das diferenças. Isso quer dizer que *se quer fazer acreditar* que há um olhar puro que se contrapõe a um olhar ingênuo. Este olhar puro seria “natural” – e não construído pelos diferentes tipos de capitais –, capaz de apreciar as coisas e as obras legítimas, enquanto o olhar ingênuo beiraria a barbárie ou a infância.

Esta diferença de olhar recai também sobre os usos do corpo, segundo Bourdieu (2007). As maneiras de se portar e as escolhas dos esportes (podemos pensar na diferença entre futebol e tênis, por exemplo) são maneiras de demonstrar o estilo de vida. Assim:

As tomadas de posição, objetiva e subjetivamente, estéticas – por exemplo, a cosmética corporal, o vestuário ou a decoração de uma casa – constituem outras tantas oportunidades de experimentar ou afirmar a posição ocupada no espaço social como lugar a assegurar ou distanciamento a manter (BOURDIEU, 2007, p. 57).

Ocorre que as classes populares, ainda segundo o autor, são o ponto de referência, como um contraste para a prática de outras estéticas. E é aí que entra a importância do estudo de classes sociais, porque, assim como o preconceito étnico, de gênero, de religião etc., podemos pensar no preconceito de classe, no nojo de outro grupo por entendê-lo como coisa fora do lugar, hierarquicamente inferior.

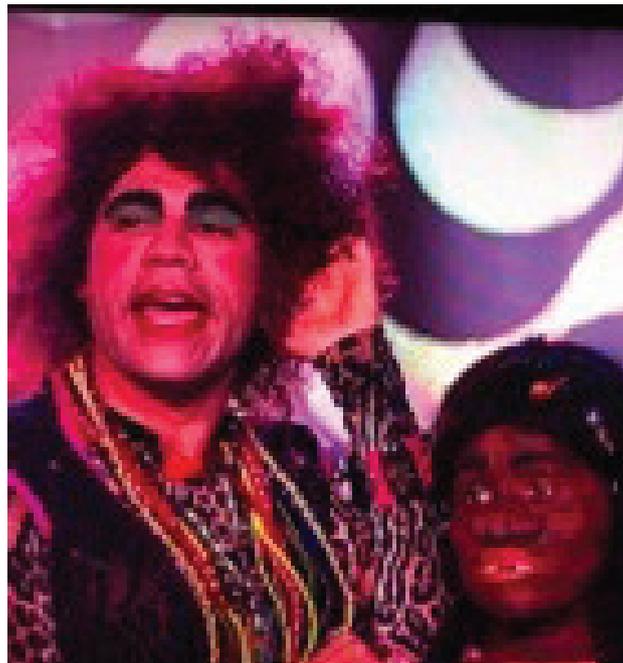
O “pobre” na mídia e o grotesco

Existem inúmeros exemplos de representações sobre as classes populares que podemos retirar da mídia, especialmente das novelas e dos programas de humor. Nas novelas, recentemente, houve um aumento expressivo de personagens das classes populares em ascensão para a nova classe trabalhadora, como é o caso de *Cheias de charme* e *Avenida Brasil*, tendo esta última 79% dos personagens de acordo com este perfil, ambas exibidas pela Rede Globo. Isso mostra um aumento expressivo das representações das classes populares na

mídia, e, assim, podemos buscar entender os caminhos da cultura na formação de noções desses grupos. Na última novela citada, era comum personagens falarem alto, mastigarem de boca aberta, se vestirem de forma extravagante e decorarem a casa com elementos *kitsch*, assim como era o caso também da série *A grande família*, exibida pela mesma emissora.

Entendemos que o humor tem características de questionamento, subversão e ironia, mas não raro no humor brasileiro vemos as classes populares associadas somente ao grotesco, como é o caso da Figura 1, retirada do programa *Zorra total*, veiculado na Rede Globo.

Figura 1 – *Frame* do programa *Zorra total*



Fonte: Programa *Zorra total*, Rede Globo.

Outro programa de humor que tinha frequentes as referências às pessoas das classes populares, em um viés de horror e nojo, era o *Sai de baixo*, também produzido e transmitido pela mesma emissora. Um personagem específico, Caco Antibes, interpretado por Miguel Falabella, frequentemente tinha falas cujos finais eram: “Eu tenho horror a pobre.” Seguem algumas:

“Palco de pobre é terreiro de umbanda. Eu tenho horror a pobre.”

[Falando sobre bingo] “Senta as véia pobre e abre, tem um sanduíche de mortadela dentro. Aí elas come enquanto o homem tá cantando as pedra e aí dá uns peidinho assim de lado. Olha pra minha cara!”

“Pobre é uma coisa triste. Pobre, quando quer falar bem, ficar pernóstico, coloca mais letra que o necessário [...]. E termina com aquela frase que caracteriza, é praticamente um crachá de pobre: ‘Desculpe qualquer coisa.’ Eu tenho horror a pobre!”

“Um pobre espirrou em cima de mim. Espirro de pobre adora uma aglomeração. Aquilo ali, quando ele espirra em cima de você, vem uma van lotada de bactéria. E são umas bactéria pobre,

que fala tudo errado: ‘Vou causar um problema naquela criatura.’”

“Isto vai ser uma visão do inferno: um ônibus atochado de bicha pobre. Aquelas bicha com a metade do cabelo descolorido, oxigenado, roendo a unha e aquele futum de deocolônia. Eu tenho horror a bicha pobre.”

O personagem critica modos, cheiros, espirros, associando a escatologia à pobreza, em relação a qual ele sente nojo e horror. O curioso é que, apesar de desqualificar também a linguagem popular, assumindo o lado da linguagem culta, normalmente não utiliza corretamente as normas gramaticais cultas, o que pode representar uma vigilância maior aos “modos” das classes populares e à sua falta de capital cultural.

Podemos pensar, nas representações sobre as classes populares, que há inclusive uma “produção do mau gosto”, que pode ser entendida como “uma desqualificação do capital cultural das classes populares. É a falta de manejo intelectual para gerir os objetos consumidos em casa ou no corpo. É a falta de capacitação ou cultura, para ter uma experiência estética legítima” (JORDÃO, 2013).

Sodré e Paiva (2002), analisando o grotesco na televisão, afirmam que há uma dificuldade das elites em representar as classes populares.

No Brasil, a sorna visão monstruosa do povo nacional pelas elites eurodirigidas confluiu fortemente para os conteúdos do padrão de programação que ajudou a consolidar, entre fins da década de 1960 e começo da de 1970, a televisão como meio de comunicação hegemônico. Reprimidas as possibilidades de irrupção no vídeo de imagens afins com a realidade da cultura popular, o “popularesco” que permaneceu se encaminhou para a estética, publicitariamente vitoriosa, do grotesco chocante: o desdentado, o disforme, o humilhado, o ofendido e outros foram os tipos representativos do povo nos programas campeões de audiência (PAIVA, SODRÉ, 2002, p. 127-128).

Foucault afirma que nas sociedades contemporâneas “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado a fazê-lo” (2002, p. 37). É o que se pode constatar na sociedade brasileira ao investigar as imagens e os sentidos produzidos pela mídia e suas políticas de visibilidade e invisibilidade: vários grupos são sub-representados ou representados de forma negativa, deixando-se de considerar as possibilidades de protagonismo, ou seja, desejo e/ou ação de falar por si mesmo, de atuar como sujeito ativo nos processos de comunicação. Esse desejo de protagonismo só pode ser realizado à medida que hierarquias forem rompidas e a participação efetiva nos processos de elaboração, circulação e consumo de comunicação for mais equitativa.

Isso vai se refletir na abertura de possibilidades efetivas de tentar inserir, na agenda pública, outros temas e significados. A investigação dos vários agenciamentos discursivos mostra sua pertinência, entre outras, ao desvelar as estratégias de produção, reprodução e atualização de sentidos, normas, valores e representações que, conjuntamente, elaboram e promovem as condições em

que as subjetividades são constituídas.

Isso leva a considerar que a representação não é neutra, é preciso compreendê-la tanto a partir da posição que os indivíduos ocupam em seu meio social e cultural quanto das políticas de visibilidade que a mídia adota e que são, simultaneamente, políticas de invisibilidade, posto que implicam escolhas sobre o que vai ser mostrado e como. Dito de outra forma, as ideias que circulam sobre determinados temas não são apenas “reflexos” da realidade, mas também a expressão concreta de uma relação social que deve ser inserida em um contexto histórico que as torna compreensíveis. A forma como se é mostrado na mídia, assim como a inexistência para a mídia, são indicadores relevantes para compreender como a sociedade reconhece (ou não) seus diferentes membros e grupos.

Apesar da possibilidade e da capacidade de modelar identidades e subjetividades, os sistemas de significados fornecidos pela mídia tanto podem reforçar valores quanto levar a formação de modelos novos. Não sem razão, os grupos sociais que se reconheceram como sub-representados ou representados de forma negativa trataram de colocar em suas pautas reivindicativas a transformação dos termos de representação e das políticas de visibilidade.

Portanto, a observação e a análise das imagens, das representações e dos modelos são uma das perspectivas mais importantes para compreender que ofertas simbólicas são difundidas sobre um determinado grupo e mostradas para a sociedade em geral. E o que pode se ver nos exemplos a seguir é que a realidade, na questão do nojo, extrapola as narrativas midiáticas.

Rolezinhos nos shoppings

No final de 2013 e começo de 2014, se tornou pauta, inclusive midiática, a presença de jovens das camadas populares em shoppings de classe alta, primeiramente em São Paulo e depois em outras cidades do país. Com medo de receber a visita dos jovens dos rolezinhos, o shopping JK Iguatemi, na capital paulista, se adiantou e fixou um cartaz na entrada, dizendo: “O Shopping Center JK Iguatemi esclarece que obteve liminar no sentido de proibir a realização do movimento ROLEZAUM NO SHOPPIM nos limites do empreendimento, quer em sua parte interna ou externa, sob pena de incorrer cada manifestante identificado na multa de R\$ 10 mil por dia.” O evento acabou não acontecendo, mas ainda assim menores eram proibidos de entrar desacompanhados, e alguns funcionários do shopping foram questionados sobre o seu vínculo empregatício. Em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, um entrevistado afirmou: “Se eu soubesse desse evento nem teria vindo aqui. Poderia ter sido roubado no meio da confusão. Vi carros da polícia quando cheguei, mas imaginei que uma loja tinha sido assaltada, e não que havia possibilidade de arrastão” (AZAREDO, 2014).

Em sua coluna na revista *Veja*, Rodrigo Constantino

afirmou que os rolezinhos são um movimento de pessoas invejosas, que:

Não toleram as “patricinhas” e os “mauricinhos”, a riqueza alheia, a civilização mais educada. Não aceitam conviver com as diferenças, tolerar que há locais mais refinados que demandam comportamento mais discreto, ao contrário de um baile funk. São bárbaros incapazes de reconhecer a própria inferioridade, e morrem de inveja da civilização (CONSTANTINO, 2014a).

Como foi bastante criticado pelo comentário, buscou se explicar melhor em publicação posterior, esclarecendo:

O que eu disse, veja bem, é que quem faz “rolezinho” achando que um shopping center é um baile funk demonstra inveja dos outros e um comportamento bárbaro, pouco civilizado, desrespeitoso. [...] O comportamento de algumas pessoas denota clara barbárie, falta de apreço pela civilização, pelo respeito aos demais, às regras e normas da sociedade, aos preceitos básicos de uma boa educação, que não depende de renda (CONSTANTINO, 2014b).

O que é importante retirar dessa passagem para a análise que propomos é a ideia de inferioridade que Constantino afirma não ser das pessoas (ou de faixa de renda), mas sim do comportamento que desrespeita as normas da sociedade e os preceitos básicos de uma boa educação. Podemos pensar nos termos aos quais o fenômeno está sendo associado, especialmente devido à contraposição entre barbárie e civilização, e à categorização hierarquizada do comportamento como inferior.

Já em um texto da colunista Eliane Brum (2013), é possível encontrar diversos comentários, que trazem a criminalidade associada ao fenômeno, como é o caso em que um comentarista do texto diz: “Torça pra um molecão destes aí de quase dezoito anos não te atear fogo uma hora destas, como fizeram com os dois dentistas e a garotinha de seis anos lá do maranhão. Pela diminuição da maioria penal já!!”

O que se pode notar em alguns textos sobre o assunto é a quantidade de adjetivos que são rapidamente associados a esses jovens, como arruaceiros, maloqueiros, vagabundos, antes mesmo de se buscar entender com mais profundidade o fenômeno. Não é raro encontrar frases que sugerem que se façam rolezinhos à procura de trabalho ou que os encontros ocorram nas bibliotecas.

Não é o fato de serem pretos ou pobres... É o fato da pobreza do comportamento. Eles estão levando o lixo pro shopping... Afinal o que querem fazer? Um baile funk no shopping? Eu os aconselharia a combinarem de se reunir pra irem pra ESCOLA, estudar, aprender a ler, a falar, a entender como funciona as misérias do sistema, aprender a ouvir música de verdade e com qualidade, aprender a ler livros e tudo mais... Assim, ao invés de levar a pobreza cultural em que eles vivem pro shopping, ou qualquer lugar que seja, eles poderiam levar boas idéias e, provavelmente, recriminariam quem pensa que a vida é ostentação, drogas e sexo fácil (Comentarista A – 276 likes) (BRUM, 2013).

Analisando toda esta ação (e reação) aos rolezinhos, o sociólogo Jessé Souza, em entrevista à *Folha de S.Paulo* (MARSIGLIA, 2014), chamou os comentaristas de brasileiros “europeizados”, que veem os espaços de sociabilidade como se fossem planetas distintos: os dos próprios e o dos “bárbaros” das classes populares. Um reflexo de um *apartheid* social, ou *racismo de classe*, segundo o autor.

Talvez um dos aspectos mais importantes do fenômeno acompanhado das reações, que são dirigidas a partir das representações sociais, seja “a confissão de que a sociedade brasileira existe sob a base da divisão de classes” (VIANA, 2014, p. 6). Talvez podemos, no fundo, estar observando não só um passeio de jovens de classes desprivilegiadas em um shopping. Podem ser os reflexos de um enrijecimento de fronteiras entre diferentes classes, cujos aspectos que nos parecem mais expressivos são o estranhamento, o nojo, a distância e a distinção.

Hiato no shopping

Os episódios dos rolezinhos mostram uma grande relação com o documentário *Hiato* (2008). Nele, o diretor Vladimir Seixas recupera cenas feitas por ocasião da “invasão” de um shopping no Rio de Janeiro, o Rio Sul, por um grupo organizado de manifestantes. É importante ressaltar que não se trata de uma análise fílmica, portanto não pretendemos realizar nenhuma apreciação sobre a qualidade técnica da produção, as possibilidades e os usos dos cortes, das edições, das tomadas de cena entre outros recursos técnicos. Entretanto, não podemos deixar de apontar que o cinema pode dar margem a reflexões sobre diversos aspectos da realidade em que vivemos na medida em que mostra aspectos dessa realidade que quase sempre permanecem invisíveis para a maioria dos cidadãos. Da mesma forma, a mídia tem sido mobilizada via acontecimentos emblemáticos ou espetaculares para assegurar visibilidade de grupos e segmentos sociais que, nas sociedades capitalistas e no Brasil em particular, mantêm-se invisíveis, num limbo social, sem lugar, sem existência e sem representação, principalmente quando se trata de uma sociedade midiática, na qual a mídia assume uma função estratégica que é a de validar a existência e, nesse caso, de garantir o direito de ir e vir de grupos sociais excluídos.

No documentário, o diretor realiza entrevistas com pessoas que participaram da “ocupação” e com alguns “intérpretes do acontecimento, como a professora de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro Ivana Bentes, o cineasta Silvio Tendler, o filósofo James Arêas. No entanto, são os relatos e depoimentos dos manifestantes (Claudionor Magalhães, Elizabeth da Silva e Naira Lúcia) objeto maior de nossa atenção aqui, na tentativa de compreender a relação entre mídia, consumo, exclusão e mobilização. É impossível não perceber certas imagens que corroboram as falas: as “caras de nojo”, a

discrepância nas vestimentas, no porte, na cor da pele, nos modos e comportamentos. Presença notável nas falas dos manifestantes são as referências à exclusão e ao espanto que causaram ao adentrar num lugar implicitamente proibido para quem é pobre (HIATO, 2008):

A polícia já estava lá, o pessoal fechando as portas, segurança no pé. Parecia bandido. Nós não somos bandidos, moradores de rua, sem-teto, gente que mora em favela visitando shopping. Que coisa, né? (Claudionor)

Fomos fazer manifestação pacífica... Eu me senti muito excluída da sociedade, porque quando eu entrava assim... tinha uma mulher que ficou apavorada... Eu olhei para a cara dela, ela encolheu toda num canto, ficou com medo [...]Eela não conseguia falar [...] (Naira Lúcia).

O cara queria dar 500 reais pra gente sair, e nós falamos que não queríamos dinheiro, queríamos ficar e começamos a ocupar [as mesas]. Começaram a servir pão com mortadela, e o pessoal bacana olhava assim [expressão de nojo] (Elizabeth da Silva).

O patrão não mandou ele olhar com nojo, mandou ele fechar a loja. Você vê nas imagens eles com cara de nojo... Estavam ali, recriminando a gente, olhavam pra gente com nojo... Era isso que estava acontecendo, a gente sendo recriminado não só pelos ricos, mas pelos próprios pobres que trabalham no shopping (Claudionor).

Para a sociedade, acho que pobre não é nada, não significa nada, só significa pra trabalhar pra eles... Pra estar ali servindo eles [...] (Naira Lúcia).

O documentário expõe com clareza a existência de um código social invisível que impede a convivência de classes sociais diferentes em um mesmo local, a não ser que essa convivência aconteça de forma consentida pelas elites, ou seja, cada qual ocupando o lugar que lhe é socialmente atribuído, bem como aquilo que pode ser admitido ou tolerado. Esse código assume a forma de uma narrativa que afirma e naturaliza o poder das elites (SCOTT, 1990, p. 18).

Aeroporto ou Rodoviária?

Em 2014, também ganhou repercussão midiática (PINTO, 2014) o caso de uma professora universitária que fotografou uma pessoa no aeroporto e, provavelmente baseada nas suas representações sobre o estilo de vida de quem frequenta esse local, postou a foto no Facebook com o título: “Aeroporto ou rodoviária?”

Figura 2 – “Aeroporto ou rodoviária?”



Fonte: Facebook.

A partir do momento em que a postagem foi divulgada em um perfil cômico do Facebook chamado Dilma Bolada, que tem mais de um milhão de “curtidas”, o nome da professora virou a pauta do dia na rede social, e, como acontece muito nos tempos atuais, ganhou visibilidade na mídia de massa.

O conteúdo dos comentários também foi noticiado, como é o caso da própria autora do *post*, que afirma que “o pior é que o Mr. Rodoviária está no meu voo! Ao menos, não do meu lado! Ufa!” E, alguns comentários abaixo, outra professora diz que: “O pior é quando esse tipo de passageiro senta exatamente do seu lado e fica roçando o braço peludo no seu, porque – claro – não respeita (ou não cabe) nos limites do assento.”

Segundo matéria veiculada em *O Globo* (2014), 12 dias após a postagem, a professora continuava lecionando, porém perdeu um cargo que ocupava na universidade onde trabalha. Deprimida, ela teria entregado uma carta de demissão, que não foi aceita, apagou o *post* e publicou um pedido de desculpas. E, hoje, o nome da professora consta no Facebook como uma organização comunitária (não aberta por ela), com o intuito de discutir este e outros tipos de preconceitos, contando com mais de 26 mil “curtidas”.

A partir da fala das professoras, podemos supor um nojo deste passageiro, o inconveniente de ele estar no mesmo voo, e, o pior, a possibilidade do contato físico. Mas nojo de quê? Claramente, pelo questionamento “aeroporto ou rodoviária?”, o preconceito é de classe, em que “esse tipo” de passageiro provavelmente não deveria estar em espaços reservados para as classes altas, assim como os questionamentos à época dos rolezinhos. O nojo aparece na

impossibilidade de uma convivência entre classes diferentes, no medo do contato físico e na suposição de uma barbárie.

Este nojo pode ser o reflexo de um enrijecimento de fronteiras entre as classes sociais brasileiras a partir justamente da visibilidade da nova classe trabalhadora, que passou a ter maior poder de consumo e, por isso, a frequentar shoppings e aeroportos, colocando frente a frente diferentes identidades de classe e de estilos de vida.

Sendo assim, diferenciam-se dois grupos: os frequentadores “tradicionais” e os “novos”, que ainda não dominam as regras do jogo, não sabem se comportar, trazendo a “barbárie” para um espaço privado, seja na forma da reunião de muitas pessoas para passear, ou seja, fazer algo que vai além de garantir o próprio sustento, seja na forma da aparência, que materializa e comunica o gosto e o estilo de vida das diferentes classes. Assim, as classes populares ganham um estatuto de inferioridade em um jogo em que as regras são distribuídas e dominadas pelas classes mais altas.

Reflexões

Os episódios envolvendo a incômoda presença de pessoas da classe trabalhadora – ainda que na aparência – deveriam colocar, para a sociedade, a brutal separação espacial a que são obrigados a se conformar os setores subalternos da sociedade. Podemos pensar que os estigmatizados, os tidos como depreciados, podem ser vistos somente como corporeidades que devem ser contidas pelos códigos dominantes, assujeitados a regras de conduta que aparentemente não são comuns em seu cotidiano, sob o risco de serem uma alteridade insuportável, a coisa fora do lugar que gera o nojo.

Esses processos de organização e de atuação na mídia e no espaço público e a reação violenta contra eles, em termos físicos e simbólicos, mostram que as elites não toleram que os códigos sejam desrespeitados sem seu consentimento. Ainda que a sedução do consumo e dos shoppings e aeroportos como lugares de interação social seja dirigida a todos, as classes que se julgam superiores, por conta de sua maior participação na distribuição da riqueza produzida no país, ficam estarecidas quando seus lugares sagrados são invadidos. Não é que as classes trabalhadoras não possam ir aos shoppings: podem, mas dependem de consentimento, de autorização, ou seja, na condição de empregados, balconistas, faxineiros etc., não como consumidores ou como visitantes.

Representações midiáticas e acontecimentos como esses expõem os preconceitos e as fraturas de uma sociedade que se queria harmônica e deixam visíveis várias formas de antagonismos, especialmente nas fronteiras de classes sociais. Assim como os mecanismos distintivos e das formações das representações, o nojo tem relação com a hierarquização, que diferencia o superior do inferior. Só que, aqui, envolve-se inclusive o sistema nervoso, na aversão de

que braços se encostem no assento do avião, nos olhares e nas expressões, na vigilância dos modos, das modas e da linguagem, na necessidade de distanciamento: no caso das classes sociais, o nojo deixa de ser individual e passa a ser social e político.

Lembrando Raul Seixas, parece que as camadas populares são “a mosca na sopa”. É esse o olhar que buscamos lançar para as representações midiáticas ou não, na tentativa de compreender melhor as representações das classes médias e altas sobre as classes trabalhadoras tanto na mídia quanto no compartilhamento de um mesmo espaço físico, que também tem seu intenso lado simbólico.

Referências bibliográficas

AZAREDO, Marina. Medo de “rolezinho” faz JK Iguatemi barrar menores e até funcionários. *O Estado de S. Paulo*, 11 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,medo-de-rolezinho-faz-jk-iguatemi-barrar-menores-e-ate-funcionarios,1117400,0.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. O espaço social e a gênese das “classes”. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRUM, Eliane. Rolezinhos. O que estes jovens estão “roubando” da classe média brasileira. *Portal Geledes, Colunistas*, 25 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/em-debate/colunistas/22538-rolezinhos-o-que-estes-jovens-estao-roubando-da-classe-media-brasileira-por-eliane-brum>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

CONSTANTINO, Rodrigo. O rolezinho da inveja. Ou: a barbárie se protege sob o manto do preconceito. *Veja, Blogs e Colunistas*, São Paulo, 14 jan. 2014a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/o-rolezinho-da-inveja-ou-a-barbarie-se-protege-sob-o-manto-do-preconceito/>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

CONSTANTINO, Rodrigo. Da inferioridade dos boçais. Ou: cultura não é raça e comportamento não é genética. *Veja, Blogs e Colunistas*, São Paulo, 14 jan. 2014b. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/da-inferioridade-dos-bocais-ou-cultura-nao-e-raca-e-comportamento-nao-e-genetica/>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2002.

HIATO. Direção de Vladimir Seixas. 20 min. Rio de Janeiro, 2008.

JORDÃO, Janaína Vieira de Paula. “O porteiro do prédio também pode ir, então qual a graça?” A nova classe trabalhadora e representações midiáticas da distinção social. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE

COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 3, 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ESPM, 2013.

MANNINGHAUS, Winfried. *Disgust theory of a strong sensation*. Albany: State University of New York, 2003.

MARSIGLIA, Ivan. O rolê da ralé. Entrevista com Jessé Souza. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2014.

MILLER, Willian Ian. *The anatomy of disgust*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

O GLOBO. Professora que ironizou passageiro é afastada de cargo na PUC-Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro 17 fev. 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/educacao/professora-que-ironizou-passageiro-afastada-de-cargo-na-puc-rio-11627273>>. Acesso em: 21 de mar. de 2014.

PINTO, Ana Carolina. Professores universitários ironizam foto de passageiro em aeroporto. *Extra*, Rio de Janeiro, 6 fev. 2014. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/professores-universitarios-ironizam-foto-de-passageiro-em-aeroporto-11526064.html>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

SCALON, Celi; SALATA, André. Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jun. 2013.

SCOTT, James C. *Dominations and the arts of resistanc: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

VIANA, Nildo. O significado dos rolezinhos. *Revista Posição*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 4-8, 2014. Disponível em: <<http://redelp.net/revistas/index.php/rpo/article/view/2viana01/33>>. Acesso em: 8 maio 2014.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2.

WRIGHT, Erik Olin. *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.